

AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO MEIO RURAL: POTENCIALIDADES E LIMITES NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Paula Ester Sebastiany¹
Edemar Rotta²

Resumo: As agroindústrias familiares se constituem, de diferentes formas e em diversos territórios, como espaços de geração de trabalho e renda no cenário do meio rural brasileiro. Este ensaio tem o objetivo de refletir sobre as potencialidades e limites das agroindústrias, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento local sustentável. Se trata de um ensaio elaborado a partir da pesquisa bibliográfica, tendo presente a produção teórica no cenário brasileiro. As principais potencialidades das agroindústrias familiares estão na geração de trabalho e renda e na melhoria na qualidade de vida dos agricultores. Enquanto as principais limitações se encontram na adequação à legislação fiscal e sanitária, deficiências em relação à gestão e escassez de recursos financeiros para investimentos. Entende-se que essas deficiências podem ser superadas com a criação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento e a expansão das agroindústrias, de forma especial no meio rural. Para estas políticas públicas se requer atuação decisiva do Estado e envolvimento direto dos movimentos e organizações representativas de classe.

Palavras-chave: Agroindústrias familiares. Meio Rural. Desenvolvimento Sustentável. Mercados. Trabalho.

INTRODUÇÃO

A vida e o trabalho no meio rural e, de forma especial nas pequenas propriedades de agricultura familiar, nem sempre apresentam cenários otimistas ou apazíveis, especialmente para a juventude. Esta realidade tem feito com que muitos jovens migrem para centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Neste contexto, a implantação de agroindústrias familiares pode representar uma nova perspectiva aos jovens para desenvolver atividades produtivas e melhorar a renda familiar, atuando tanto na industrialização dos alimentos, quanto na gestão da agroindústria e comercialização dos produtos (GOMES; SCHMIDT, 2014).

As atividades agroindustriais podem ser visualizadas de diferentes formas, desde as de pequena escala, voltadas para a subsistência alimentar do núcleo familiar, até as que visam a inserção no mercado, como alternativa de geração de trabalho e renda para as pessoas da

¹ Bacharel em Administração. UFFS, Campus Cerro Largo/RS. E-mail: paulasebastiany5@gmail.com

² Doutor com Estágio Pós-Doutoral em Serviço Social (PUCRS). Mestre em Sociologia (UFRGS). Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, Campus Cerro Largo/RS. E-mail: erotta@uffs.edu.br

família e do seu entorno. Independente da forma, elas representam importante papel econômico no meio rural e na agricultura familiar (FOGUESATTO, ARTUZO; MACHADO, 2017). A valorização da identidade territorial é outro aspecto que chama a atenção nas experiências das agroindústrias no meio rural, especialmente nos pequenos municípios. Trata-se de uma importante alternativa de desenvolvimento local, especialmente quando elas incorporam os princípios do desenvolvimento sustentável (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2006).

Este ensaio foi desenvolvido a partir da consulta em publicações sobre o tema, acessadas através de consultas às plataformas *SciELO*, *Google Acadêmico* e Portal de Periódicos da CAPES. Se trata de uma pesquisa qualitativa, mais especificamente uma pesquisa bibliográfica. Esta é uma importante metodologia para alcançar objetivos a partir de conhecimentos já disponibilizados (SOUSA; DE OLIVEIRA; ALVES, 2021). É de ainda maior importância ao levantar novos questionamentos e posicionamentos sobre o tema abordado, estimulando novas pesquisas (LIMA; MIOTO, 2007).

Considerando as inúmeras possibilidades em torno das agroindústrias familiares no meio rural, este estudo busca refletir sobre suas potencialidades e limitações, especialmente no que se refere à geração de trabalho e renda, à qualidade de vida dos sujeitos envolvidos e a dimensão do desenvolvimento local sustentável. Para isso, na primeira seção, reflete-se sobre as compreensões de agricultura familiar, agroindústrias familiares e desenvolvimento local sustentável. Na segunda seção, se dá destaque às possibilidades e aos limites das agroindústrias familiares no meio rural, tendo presente a compreensão de desenvolvimento local sustentável.

1COMPREENSÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR, AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Os estudos sobre agricultura familiar já possuem tradição consolidada no cenário nacional e internacional (BAIARDI; ALENCAR, 2014; TEDESCO, 2001; LAMARCHE, 1993). Portanto, não se trata aqui da pretensão de reconstituir ou refazer este debate, mas apenas de demarcar alguns aspectos que se tem como referência para o estudo deste tema na perspectiva da geração de trabalho e renda, qualidade de vida e desenvolvimento local sustentável.

Na compreensão de Lamarche,

A noção de agricultura familiar (ou de agricultura enquanto atividade familiar) repousa sobre a ideia de uma identidade entre família e exploração. A unidade de produção é uma família, ou seja, entre outras coisas, um grupo de trabalho no qual os membros estão unidos por laços de parentesco, um grupo que se constitui e se renova sobre a base das relações familiares. No esquema da atividade familiar, a exploração fornece um retorno permitindo assegurar a subsistência do grupo e representa um patrimônio cuja transmissão aparece como um objetivo essencial das estratégias de reprodução do grupo familiar (LAMARCHE, 1993, p. 104).

A ideia da identidade entre família, patrimônio, atividade produtiva, trabalho, renda e reprodução social estão na base do conceito que, mesmo assumindo definições diversas, se mantém no núcleo básico do conceito. Este núcleo básico pode ser percebido, também, na definição legal dada pelo Estado brasileiro no momento de estabelecer as regras para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece, em seu Art. 3º, os requisitos básicos para a identificação do agricultor familiar e empreendedor familiar rural que pratica atividades no meio rural como sendo aquele que: (i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; (ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iii) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); (iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Na tradição de estudos da agricultura familiar também fica evidente a articulação sistêmica e orgânica que ela possui com a natureza, perceptível na organização dos processos produtivos, na divisão social do trabalho e no modo de vida dominante (SILVA et al, 2021). Esta articulação sistêmica e orgânica com a natureza tende a gerar o desenvolvimento de processos de diversificação da produção, possibilitando maior variedade de produtos, utilização de diferentes estratégias para obtenção de renda e otimização do trabalho, tendendo a trazer mais segurança às unidades produtivas quanto às oscilações de determinada atividade e do próprio mercado (SIMONETTI et al, 2011).

Sambuichi et al (2014) destaca o papel estratégico representado pela agricultura familiar na garantia da segurança alimentar e no combate à pobreza. A relevância que ela possui, nos mais diversos países do mundo, como produtora dos principais alimentos que vão para a mesa das pessoas diariamente, quer de forma direta ou como matéria prima para uma

enorme gama de produtos industrializados. A promoção da agricultura familiar se transforma, com isso, em uma das principais estratégias que os governos podem lançar mão para o combate à pobreza e à insegurança alimentar, via geração de espaços de trabalho, produção de alimentos e geração de renda.

Entretanto, mesmo que com toda sua ampla importância reconhecida, a agricultura familiar ainda carece de políticas efetivas que garantam o pleno desempenho de suas potencialidades, especialmente nas regiões que carecem de maiores investimentos para superar seus problemas históricos de desenvolvimento (LIMA et al, 2019). Ainda se percebem agricultores familiares vivendo em situações precárias; sem a devida assistência técnica; com dificuldades de acesso à créditos compatíveis com suas atividades; à margem das principais cadeias de produção agropecuária; reféns de processos produtivos que remuneram muito mal o produto do seu trabalho; e dependentes de auxílios governamentais para permanecerem no meio rural (AQUINO et al, 2018). Procurando apontar algumas alternativas para melhorar este cenário, Oliveira et al (2020) sugerem a criação de mecanismos que aproximem produtores e consumidores de alimentos, em cadeias curtas; o estreitamento de laços sociais, políticos e culturais entre produtores e consumidores; a aproximação com movimentos ecológicos; e o incentivo à agroindustrialização, como forma de agregar renda, otimizar o trabalho e se aproximar ainda mais do consumidor.

A agroindustrialização não é processo novo para a agricultura familiar, pois ela já está presente na sua tradição histórica. O que, talvez, seja a novidade é que hoje ela requer a produção a partir de novos padrões de organização do trabalho, sanidade e legalidade que garantam sua inserção no mercado. O desenvolvimento de relações de mercado, com hegemonia consolidada das grandes empresas e corporações, tende a pressionar as agroindústrias familiares a se adequarem à novas realidades em termos de produção e comercialização, em grande parte definidas à margem de suas relações, influências e interesses.

Se tem claro que, no contexto da agricultura familiar, as agroindústrias representam possibilidades importantes para a complementação da renda familiar; diminuição da vulnerabilidade socioeconômica dos agricultores; diversificação e fomento das economias locais; valorização e preservação dos hábitos culturais; estímulo da proximidade social entre produtor-consumidor; geração de emprego no meio rural; diminuição do êxodo rural; e valorização das especificidades locais. São perspectivas que geram reflexos positivos para o desenvolvimento dos territórios em que se encontram inseridas (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2009).

No caso do estado do Rio Grande do Sul, de extensa tradição voltada para a agricultura familiar, especialmente na parte Norte do mesmo, a Lei n° 13.921, de 17 de janeiro de 2012, instituiu a Política Estadual de Agroindústria Familiar a partir da experiência criada com o Programa de Agroindústria Familiar “Sabor Gaúcho”, que havia sido criado em 1999. Esta política estabelece um conjunto expressivo de objetivos (23 ao todo) voltados ao fortalecimento, expansão e consolidação das atividades articuladas ao desenvolvimento das diferentes regiões; 15 instrumentos (crédito; tributação; vigilância em saúde; inspeção e defesa sanitária de produtos e insumos; educação; pesquisa e desenvolvimento; assistência técnica e extensão rural; extensão produtiva; extensão cooperativa; certificação de origem e qualidade de produto; comercialização; associativismo e cooperativismo; armazenamento; qualificação da infraestrutura básica; e licenciamento ambiental); e uma estrutura administrativa de coordenação da política a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR. Esta política estadual buscou articulação com os Programas e Políticas Nacionais voltadas à agricultura familiar e às agroindústrias familiares (GOMES; CESCO, 2017).

A Lei Estadual n° 14.880, de 17 de junho de 2016, alterou a Lei n.º 13.921, de 17 de janeiro de 2012, redefinindo a compreensão de agroindústria familiar com a intenção de equiparar a agroindústria familiar e a agroindústria familiar de pequeno porte, o artesão familiar rural ou o agricultor familiar artesão que atenda ao disposto no § 3.º do art. 2.º da Lei n.º 13.516, de 13 de setembro de 2010.

Art. 2º

I - agroindústria familiar o empreendimento de propriedade ou posse de agricultor(es) familiar(es) ou pecuarista(s) familiar(es) sob gestão individual ou coletiva, localizado em área rural ou urbana, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar matérias-primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde os processos simples até os mais complexos, como operações físicas, químicas e/ou biológicas;

II - agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal os estabelecimentos agroindustriais com pequena escala de produção dirigidos diretamente por agricultor(es) familiar(es) ou por pecuarista(s) familiar(es) com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, cuja produção abranja desde o preparo da matéria-prima até o acabamento do produto, seja realizada com o trabalho predominantemente manual e agregue aos produtos características peculiares, por processos de transformação diferenciados que lhes confirmam identidade, geralmente relacionados a aspectos geográficos e histórico-culturais locais ou regionais (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Esta compreensão de agroindústrias familiares apresenta características que a aproximam da ideia de agricultura familiar: empreendimento de propriedade ou posse

familiar, gestão individual ou coletiva (subentendida como ligada ao núcleo familiar), pequena escala de produção e identidade relacionada aos aspectos geográfico e histórico-culturais. Aproximação esta que retrata a realidade do meio rural da maioria dos municípios brasileiros. “No Brasil, cerca de 85% dos estabelecimentos rurais são da agricultura familiar. No Rio Grande do Sul, das 441.467 propriedades rurais, 378.546 ou 85,7% são da agricultura familiar, de acordo com a Lei 11.326/2006. (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 29).

Neste cenário, as agroindústrias familiares se consolidam como uma alternativa para possibilitar a sobrevivência da produção familiar a partir da produção agropecuária mais intensiva em mão-de-obra e de maior valor agregado, adequada à produção em pequena escala (VIEIRA, 1998). De acordo com Gazolla e Pelegrini (2011), as agroindústrias se fortalecem como uma forma de fugir dos entraves encontrados na produção, tendo como base para sua criação a diversidade produtiva. Quando consolidada proporciona a construção e o acesso a novos mercados, a criação e o desenvolvimento de novos produtos e até mesmo de processos produtivos.

Trata-se de um mecanismo simples e ao mesmo tempo capaz de englobar uma série de aspectos relevantes, em especial para a realidade rural. É uma estratégia de reprodução social e desenvolvimento rural importante da agricultura familiar, pela geração de renda e diversificação das atividades, podendo estimular a permanência no meio rural à medida em que gera renda, contribuindo com aspectos ambientais, a partir de boas práticas de produção que visam o melhor aproveitamento da matéria prima (BESEN et al, 2021). Para Farina (2013), as agroindústrias merecem maior visibilidade também por contribuírem para a ocupação mais racional do solo, preservando a paisagem e a cultura local, facilitando a gestão dos recursos naturais e contribuindo para a manutenção sustentável dos ecossistemas. Ou seja, influencia positivamente as dimensões social, econômica, cultural e ambiental, a partir de suas ações.

Para ser considerado sustentável se faz necessário que as atividades das agroindústrias observem “todas as diversas dimensões requeridas ao pleno exercício da cidadania de cada pessoa e os aspectos relacionados à manutenção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas” (MANCINI, 2008, p. 4), além de contribuir para a segurança alimentar de todos que estão inseridos naquele local. Mais especificamente, para o desenvolvimento local sustentável, se sobressai a necessidade de contemplar a cidadania, isso é, as diferentes manifestações e organização da população voltadas para a área cultural, econômica, política, religiosa, social, entre outras. É nesse sentido que as experiências recentes de organização associativa de produtores agroecológicos e de experiências de programas de desenvolvimento local

sustentável, em muitos municípios, chamam a atenção de seus processos gestionários, pelos expressivos resultados obtidos (GEHLEN, 2006).

A ideia de desenvolvimento local sustentável é muito bem caracterizada por Rigueiro ao expressar que

O desenvolvimento local é, então, indissociável de iniciativas mobilizadoras e inovadoras dos atores locais e de uma articulação com as potencialidades locais e, por isso, resulta da mobilização das energias da sociedade, cultivando as suas capacidades e potencialidades específicas, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações e pressupondo um trabalho em parceria e cooperação que se centra na comunidade. Trata-se de um processo endógeno que procura através de uma diversidade de iniciativas valorizar e potenciar os recursos endógenos por meio do envolvimento e a participação de todos os agentes envolvidos neste processo. No entanto, para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deverá, por um lado, aumentar as oportunidades sociais, a competitividade da economia local, rendimentos e formas de riqueza e, por outro lado, assegurar a conservação dos recursos naturais, melhorar as condições de vida das populações, incentivar a participação e a consciencialização da comunidade (2014, p. 18).

A agricultura familiar e as agroindústrias familiares são caminhos para melhoria da qualidade de vida, especialmente dos habitantes do meio rural (mas não apenas destes) pois fortalecem os territórios rurais em equilíbrio com a natureza, difundindo os princípios do desenvolvimento territorial, alternativo e sustentável. Oferecem para toda a população valores socioculturais ligados à preservação da natureza, à qualidade de vida das pessoas, ao equilíbrio da produção de alimentos e a geração das condições de saúde humana e ambiental (SALES et al, 2019).

Tendo evidenciado as compreensões de agricultura familiar, agroindustrialização e desenvolvimento local sustentável, trata-se na sequência, de ressaltar algumas possibilidades e limites que as agroindústrias familiares no meio rural enfrentam, na perspectiva do desenvolvimento local sustentável.

2 POSSIBILIDADES E LIMITES DAS AGROINDUSTRIAS FAMILIARES NO MEIO RURAL DIANTE DOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.

Pensar em possibilidades e limites significa tentar identificar fortalezas e fragilidades que as agroindústrias familiares apresentam em suas dinâmicas de funcionamento e em suas contribuições para os territórios nas quais estão inseridas. Se tem presente a tradição

consolidada de estudos sobre as agroindústrias familiares no meio rural de forma que se trata, aqui, de refletir sobre aspectos que se considera mais relevante, tendo presente a perspectiva do desenvolvimento local sustentável.

Diferente de outros empreendimentos, as agroindústrias de moldes familiares de moldes familiares não seguem modelos claros e pré-estruturados de vendas, mas se moldam de acordo com as peculiaridades e necessidades do meio em que estão inseridas. É comum que ocorram mudanças, na medida em que os agricultores vão se deparando com a realidade de comercializar sua produção. Isso acontece, mais especificamente, a partir da experimentação, conhecendo os canais de comercialização a partir da interação direta com consumidores, o que torna, também, o relacionamento entre as partes mais fácil, especialmente a partir das cadeias curtas que vão estabelecendo (SANTOS, 2006).

Este relacionamento direto com os consumidores se transforma em uma grande virtude das agroindústrias familiares presentes no meio rural brasileiro. Porém, para alcançar maior abrangência e maior estabilidade de mercado para seus produtos, as agroindústrias precisam ampliar sua gama de possibilidades, buscando sua inserção em feiras, supermercados, vendas a domicílio, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), restaurantes, entre outros. A maior quantidade de canais de distribuição permite uma maior segurança (SPANEVELLO et al, 2019).

Vale destacar que gerenciar os pontos de venda é complexo para as agroindústrias, pois os agentes das mesmas precisam compatibilizar todas as fases de fabricação, processamento e vendas, o que, por um lado, torna o trabalho mais difícil, mas, como contraponto, diminui as múltiplas dependências para com outros atores sociais e instituições (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2015). Esse é um fator em que as agroindústrias familiares diferem muito das agroindústrias não familiares. As primeiras tendem a vender diretamente para seu consumidor final em menor escala, mas com maior valor agregado, enquanto as segundas vendem a intermediários e, em geral, alcançam uma escala maior (BASTIAN et al, 2014).

Para Niederle e Wesz Junior (2009, p.23), a “agroindustrialização pode estar associada a processos de desmercantilização e internalização de recursos que visam ampliar a autonomia das unidades de produção”, demonstrando o potencial de gerar maior renda ao produzir e comercializar o produto final. De acordo com Strate e Conterato (2018), é necessário se reinventar, aproximar produtores e consumidores e utilizar principalmente do fator qualidade para se diferenciar. Os autores explicam como veem essa relação da seguinte forma:

A criação de novos arranjos que facilitem o acesso a alimentos saudáveis, como cestas de produtos, grupos de consumo e a integração entre as práticas agroecológicas e agroindustriais ampliam a oferta de alimentos para o consumidor e agregam valor para o agricultor. A integração entre as práticas de agroindustrialização com o turismo pode acelerar o processo de transição, relocando o sistema agroalimentar, criando novos mercados com a criação de roteiros que valorizem a gastronomia local, associada à paisagem, ao ecoturismo. A criação de selos de origem e identificação do território está em análise e pode contribuir para a valorização da produção local, agregando valor à produção. A importância da construção territorial, da inovação em produtos e serviços, em que a dimensão territorial constitui uma dimensão essencial de todo processo de inovação, fortemente ancorada em práticas sociais (STRATE; CONTERATO, 2018, p. 13).

A criação de associações entre as agroindústrias pode tornar mais viáveis muitas atividades, além de valorizar e estimular a interação entre os agricultores envolvidos, pois auxiliam nas negociações com empresas maiores, bem como na otimização dos recursos em conjunto (SANTOS, 2019). Para Lira (2020), a certificação dos produtos agroindustrializados é uma importante estratégia de inserção no mercado, pois informar o consumidor sobre a forma como ocorre a produção e garantir a segurança alimentar remete à ideia de comprometimento com a qualidade, podendo influenciar diretamente no comportamento e na decisão de compras do consumidor, e, por consequência, no resultado financeiro das organizações.

No estudo de Trentin e Wesz Junior (2004), no município de Porto Xavier, região das Missões do Rio Grande do Sul (RS), constatou-se que os produtos agroindustrializados podem atender aos mercados locais e regionais a preços menores, facilitando o consumo pelas classes menos favorecidas e, com isso, facilitando a distribuição de renda nas comunidades. Além disso, notou-se que a maior parte da produção agrícola é levada para outras regiões de forma *in natura*, sem nenhum beneficiamento na região, faltando agregação de valor e distribuição de renda, aspectos que também poderiam ser aprimorados com a presença de agroindústrias.

Foguesatto, Artuzo e Machado (2017, p. 16) referem uma perspectiva amplamente positiva ao apontarem também para o aspecto social das agroindústrias familiares no meio rural.

Além de manter a tradição do “saber fazer” das famílias, as atividades agroindustriais familiares fortalecem as condições financeiras do agricultor familiar, que deixa de ser um tomador de preço do mercado, passando a ter maior autonomia nas relações de compra de insumos e na venda da sua produção.

O estudo de Marin e Trentin (2010) também apresenta uma perspectiva positiva, porém mais singela. Ao avaliar as potencialidades e limites das agroindústrias familiares no município de Campinas do Sul/RS, constatou que as agroindústrias não são a atividade principal das propriedades, mas sim uma forma de obter uma renda extra que dá maior estabilidade e estimula a permanência no meio rural. Wesz Junior (2009), destaca que a presença de agroindústrias promove a diversificação, mas não diminui a proximidade com a agricultura familiar, isto porque, a agroindústria familiar só diminuiu a produção das atividades primárias que não estavam trazendo lucratividade. Ou seja, as culturas que geravam lucratividade, que estavam de acordo com as expectativas dos produtores e que representam parte do autoconsumo familiar continuaram sendo produzidas.

As contribuições para o desenvolvimento regional poderiam ser potencializadas se priorizadas as políticas de caráter local que buscam o desenvolvimento tendo por base as potencialidades socioeconômicas e ecológicas locais, pouco presentes em muitos municípios (MARIN; TRENTIN, 2010). A assistência e as políticas de incentivo englobam apenas uma pequena parte das agroindústrias familiares e não contemplam a variedade de processos produtivos, tendendo a se voltar para empreendimentos mais consolidados (WESZ JUNIOR, 2009).

De forma mais genérica, Amorim e Staduto (2008, p. 28) expõem que:

O processo de agroindustrialização da produção familiar não representa a solução para todos os problemas e necessidades das famílias no meio rural. Mas deve ser entendido como uma alternativa de um conjunto de ações articuladas, entre os atores sociais, organizações públicas e privadas e o território na busca da consolidação de redes horizontais de desenvolvimento rural.

Esta busca de articulação dos atores envolvidos nas agroindústrias familiares com agentes públicos e privados pode ser constatada no estudo realizado por Fernandes e Bamberg (2018), no município de Cerro Largo/RS. O mesmo destaca a relevância do trabalho desenvolvido em parceria com a Emater/RS, no sentido de capacitar gestores, ofertar cursos profissionalizantes, ensinar boas práticas de produção, fornecer orientações sobre legalização das agroindústrias familiares, entre outros. Porém, os autores apontam que estas articulações possuem uma relação muito direta com as características dos territórios, de forma especial com as densidades de capital social e humano que os mesmos possuem.

De acordo com Vieira (1998), o enfoque da maior parte dos projetos e programas de desenvolvimento voltados para as agroindústrias de pequena escala tem sido bastante concentrado no apoio ao investimento e na assistência tecnológica para a produção, sem a

devida atenção à capacitação gerencial ou à busca de soluções para os gargalos da comercialização. Ou seja, não há preparo para lidar com as peculiaridades de um mercado competitivo, nem a formulação de estratégias para lidar com a concorrência.

Nem todos os agricultores familiares se adequam à rotina de gerenciar uma agroindústria; às mudanças impostas em relação à aceleração do ritmo de vida; aumento de responsabilidades com o mundo do mercado e suas exigências; com a gestão do negócio, dentre outros. Isso porque a implementação de uma nova atividade resulta na mudança da lógica produtiva na propriedade, que requer conhecimentos sobre logística e comercialização, áreas que os agricultores geralmente não dominam e, muitas vezes, não têm interesse em dominar, por preferirem o trabalho manual e cotidiano ao qual já estão habituados (SULZBACHER; NEUMANN, 2014).

Gazolla et al (2021) alertam sobre três dificuldades atuais que podem comprometer a continuidade das agroindústrias familiares: (i) a sucessão familiar incerta, tendo em vista que, mesmo com os avanços significativos, o meio rural ainda se mantém como um lugar pouco atrativo e rentável na relação com o espaço urbano; (ii) a dependência de políticas públicas incertas, pois as mesmas permanecem como opções de governos e não conseguiram de firmar como políticas de Estado; e (iii) a instabilidade organizacional da rede de atores, ou seja, da colaboração dos demais agricultores que trabalham em conjunto, podendo até mesmo desestruturar programas existentes

Outro entrave para o crescimento e popularização das agroindústrias familiares é a dificuldade na adequação às normas legais, o que cria empecilhos à formalização e, conseqüentemente, ao próprio crescimento das mesmas. As maiores dificuldades normalmente se encontram na adequação às normas sanitárias, pois isso demandam, não somente, altos recursos financeiros para investimento em reformas e readequação de instalações e processos de produção, como também mais informações, instruções, cursos e palestras aos gestores, além de uma melhor interação com os órgãos públicos responsáveis (FERNANDES; ENGEL, 2016).

A burocracia enfrentada no momento da legalização, assim como também a compreensão e a rotina necessária para a obtenção do licenciamento ambiental e demais licenciamentos ainda permanecem como desafios a serem superados. Não bastasse isso, ocorre ainda a falta de legislação específica para agroindústrias familiares ou de pequeno porte. As dificuldades geradas pelo excesso de burocracia são diferentes de acordo com o segmento de cada agroindústria.

Entre as agroindústrias formalizadas nota-se dificuldades de lidar com a escassez da mão de obra qualificada na própria comunidade ou em comunidades próximas; a dificuldade de capacitação de funcionários, tendo em vista a adequação às normas sanitárias e à legislação trabalhista; e a dificuldade de competir com as agroindústrias informais que, muitas vezes, atuam no mesmo segmento e possuem custos de produção muito menores. A formalização exige o atendimento de padrões de produção e qualidade que geram custos elevados a serem repassados ao produto. Esta dificuldade pode ser superada com a criação de políticas públicas, inclusive em nível dos próprios municípios, capazes de fornecer assistência técnica e de criar programas de incentivo às agroindústrias familiares. Experiências já existentes em muitos municípios e estados brasileiros que podem ser estendidas ou servirem de exemplo aos demais (AGUIRRE et al, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, se pode inferir que as agroindústrias familiares no meio rural se constituem em uma alternativa fundamental para agregar renda às atividades agrícolas, gerar novas perspectivas de trabalho e manutenção das novas gerações no meio rural, assim como melhorar a qualidade de vida dos sujeitos envolvidos, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável. É quase consenso da literatura consultada que as agroindústrias estimulam a diversificação da produção, pois não fazem com que os agricultores abandonem a agricultura familiar ou deixem de ser agricultores, mas sim que apenas substituam as atividades que não lhes eram rentáveis por outras que agreguem renda.

As agroindústrias familiares no meio rural apresentam um conjunto expressivo de potencialidades, mas também de limites. Compreender as potencialidades e poder aprimorá-las é uma tarefa que envolve um conjunto expressivo de atores, para além dos agricultores familiares que encaram o desafio de estruturar uma agroindústria e fazer funcionar a mesma dentro dos padrões legais exigidos. Os atores do mercado são essenciais no sentido de fortalecer e ampliar vínculos, garantindo a venda dos produtos em condições suficientes de rentabilidade aos produtores. Os atores da sociedade civil são importantes para a criação de ambientes de incentivo às agroindústrias familiares e ao desenvolvimento local sustentável. Os atores governamentais, nas diferentes esferas, precisam conceber e implantar políticas públicas de Estado (não dependentes das alternâncias de governos) que viabilizem o crédito, a assistência técnica, a legislação pertinente e os programas de incentivo e fortalecimento das agroindústrias familiares.

Por outro lado, a percepção clara dos limites também é uma necessidade que se apresenta para evitar que um sonho se transforme em pesadelo; que um investimento expressivo de recursos e de trabalho se transforme em uma frustração. Neste sentido, destacaram-se limites em torno da compreensão do mercado, da capacitação técnica e gerencial, da legislação pertinente, das burocracias que envolvem os processos de formalização, da sucessão familiar, da instabilidade das políticas públicas e da organização dos atores envolvidos, entre outros. A sociedade de mercado na qual vivemos tende a fazer com que os jogos de poder sejam favoráveis a quem possui mais capital, organização e influência política. Portanto, os atores ligados às agroindústrias familiares, neste jogo de forças da sociedade de mercado, precisam ampliar seu poder de influência e isso só se faz com organização e mobilização. Destarte, seja esse um grande desafio a ser enfrentado. Exemplos já existem e podem ser seguidos. Novas alternativas precisam ser inventadas, pois o desenvolvimento local sustentável é uma necessidade que não pode esperar.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, Andressa Arigony; MARTINS, Alessandra Machado; MENEZES, Leonardo de Melo. Dificuldades encontradas durante o processo de legalização das agroindústrias no município de Santana do Livramento – RS. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, v. 4, n. 1, p. 136-151. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21674/2448-0479.41.136-151>. Acesso em: 08 ago. 2022.
- AMORIM, Luci Suzana Bedin; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Desenvolvimento Territorial Rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 28, 2008. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcgclefindmkaj/http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicar/REA1-0708a2.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- AQUINO, Joacir Rufino de. GAZOLLA, Marcio. SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 56, n 1, p. 123-142, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>. Acesso em: 08 ago. 2022.
- BAIARDI, Amilcar; ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. Agricultura Familiar, seu Interesse Acadêmico, sua Lógica Constitutiva e sua Resiliência no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S046-S062, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/dxsbz7BBkJBzrBSTKJMHwkf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 ag. 2022.
- BASTIAN, Lilian et al. Agroindústrias rurais familiares e não familiares: uma análise comparativa. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 3, p. 51-73. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v19i3.2679>. Acesso em: 24 abr. 2022.

BESEN, Fabiola Graciele et al. Agricultura familiar e reprodução social: Caracterização socioeconômica de um grupo de agroindústrias familiares rurais do oeste do Paraná. **Revista Economia**, Fortaleza, v. 52, n. 1, p. 163-183, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/1215-4566-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 10 ag. 2022.

FARINA, Volmir Atilio. **Agricultura familiar, agroindústrias e desenvolvimento rural sustentável**: estudo de caso no município de Erechim (RS). (Monografia) - Curso de Pósgraduação Lato Sensu em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Cerro Largo. 2013. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4557>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FERNANDES, Denise Medianeira Mariotti; BAMBERG, Joice. As agroindústrias familiares como um fator de fortalecimento dos agricultores no campo em Cerro Largo/RS. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/10566-Texto%20do%20artigo-41416-1-10-20181217.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

FERNANDES, Denise Medianeira Mariotti; ENGEL, Bruna da Silva. Agroindústrias Familiares Rurais: vantagens e desvantagens da legalização. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 183-214. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.6904>. Acesso em: 17 abr. 2022.

FOGUESATTO, Cristian Rogério; ARTUZO, Felipe Dalzotto; MACHADO, João Armando Dessimon. Panorama atual e perspectivas futuras das agroindústrias familiares no Rio Grande do Sul. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate**, v.3 n.1.2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18616/rdsd.v3i1.3763>. Acesso em: 18 abr. 2022.

GAZOLLA, Marcio; PELEGRINI, Gelson. As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 361-388. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/2435-15344-2-PB.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. Conhecimentos, produção de novidades e transições sociotécnicas nas agroindústrias familiares. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 179-194. Universidade Federal de Lavras Minas Gerais, Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87841064004>. Acesso em: 19 abr. 2022.

GAZOLLA, Marcio; DENGGO, Mariana Beal; PERONDI, Miguel Angelo. Inovação no Desenvolvimento Rural e Regional: O Caso das Novidades Multidimensionais das Agroindústrias Familiares. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 56, p. 74–95, 2021. Disponível em: 10.21527/2237-6453.2021.56.11734. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/11734>.

Acesso em: 8 ago. 2022.

GEHLEN, Ivaldo. Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável. **Globalización, desarrollo y territorios menos favorecidos**. Montevidéo: Universidad de La República, p. 265-283, 2006. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/650.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2022.

GOMES, Ezio José; SCHMIDT, Carmen Elizabeth Finkler. A Importância das Redes Cooperativas de Agroindústrias Familiares para a Permanência dos Jovens no Meio Rural. Capítulo XVI. **Reflexão Cooperativista**, n. 3, p. 77-82. 2014. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fwww.emater.tche.br%2Fsite%2Farquivos_pdf%2Fteses%2FEzio%2520Gomes.pdf&clen=546234&chunk=true. Acesso em: 19 abr. 2022.

GOMES, Flávia Dornelles; CESCO, Susana. Políticas Públicas de agroindustrialização no Estado do Rio Grande do Sul: um olhar sobre a política estadual de agroindústria familiar. **INTELECTOR**, Rio de Janeiro, a. XII, v. 13, n. 26, p. 123-135, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/125>. Acesso em: 11 ag. 2022.

LAMARCHE, Hugues (org.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. v.1. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332>. Acesso em: 8 ago. 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**. v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Epub 25 Set 2007. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 29 abr. 2022.

LIRA, Adilson Leite. **Influência das certificações na mudança de comportamento e na decisão de compra do consumidor de produtos agroindustrializados**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado Profissional) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/5270>. Acesso em: 07 ago. 2022.

MANÇE, Euclides André. **Desenvolvimento local sustentável: conceitos e estratégias**. Apresentado no " Curso de Formação, 2008. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.solidarius.net/mance/biblioteca/Desenvolvimento_Local_Sustentavel-Conceitos_e_Estrategias.pdf. Acesso em: 01 mai. 2022.

MARIN, Mario Zasso; TRENTIN, Cláudia Emilia Girelli. Desenvolvimento Rural: análise das agroindústrias familiares de Campinas do Sul-RS. **PERSPECTIVA**, Erechim. v. 34, n.127, p. 35-51. 2010. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmninnkcbpcqjpcgpleclmndkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.uricer.edu.br%2Fsite%2Fpdfs%2Fperspectiva%2F127_120.pdf&clen=314564&chunk=true. Acesso em: 17 abr. 2022.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar João. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75-102. 2009.

OLIVEIRA, Daniela. GRISA, Cátia. NIERDELE, Paulo. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 135-163, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/224128>. Acesso em: 08 ago. 2022.

RIGUEIRO, Inês Cipriano. **Desenvolvimento Local Sustentável: uma abordagem à sustentabilidade dos Projetos de Empreendedorismo Social**. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2014. Disponível em em: <http://hdl.handle.net/10316/25685>. Acesso em: 12 ag. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.921**, de 17 de janeiro de 2012. Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Palácio Piratini, 17 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www3.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegis/Arquivos/13.921.pdf>. Acesso em: 11 ag. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.880**, de 17 de junho de 2016. Altera a Lei n.º 13.921, de 17 de janeiro de 2012, que institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Palácio Piratini, 17 de junho de 2016. Disponível em: http://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=63136&hTexto=&Hid_IDNorma=63136. Acesso em: 11 ag. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica**. Porto Alegre: Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, 2016.

SALES, Ricélia Maria Marinho; CAVALCANTI, Mônica Tejo; SILVA, Karla Jarlita de Moura; SILVA, Patrícia de Jesus. Agroindústria Familiar, ODS's e Desenvolvimento Alternativo: um estudo sobre a Fonte do Sabor do Semiárido Paraibano/Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 142-162, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14122>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. In: MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro; NERI, Marcelo Côrtes; SOARES, Sergi Suarez Dillon (org.). **Brasil em Desenvolvimento 2014: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2014, p. 61-84. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/269278658>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SANTOS, Jaqueline Sgarbi. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul**: uma análise do processo de comercialização. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89160>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SANTOS, Daiane Marjorie de Moraes. **Desafios da implantação da agroindustrialização de pequenas frutas no município de Vacaria, Rio Grande do Sul**. Dissertação. Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. São Francisco de Paula, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/2132>. Acesso em: 07 ag. 2022.

SIMONETTI, Danieli et al. Os processos de diversificação da agricultura familiar: uma revisão literária. **Synergismus Scyentifica UTFPR**, Pato Branco, v. 6, n. 1, p. 1-6, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/1272-4399-1-PB-with-cover-page-v2.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SPANVELLO, Rosani Marisa et al. Agroindústrias rurais familiares (ARFs) como estratégia de reprodução socioeconômica da agricultura familiar nos municípios de Santo Augusto e Campo Novo, RS. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 198-216, 2019. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.redalyc.org%2Fjournal%2F5520%2F552064357010%2F552064357010.pdf&clen=681638>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SILVA, Leonardo França et al. Sustentabilidade, agricultura familiar e políticas públicas no Brasil: Uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14220/12709>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SOUSA, Agelica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramango; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p.64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 27 abr. 2022.

STRATE, Mirian Fabiane; CONTERATO, Marcelo Antônio. Agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no RS. **Guaju**, Matinhos, v. 4, n. 2, p. 48-62, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/224805/001097730.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 ago. 2022.

SULZBACHER, Aline Weber; NEUMANN, Pedro Selvino. O social e suas dimensões em agroindústrias familiares rurais. **Extensão Rural**, v. 21, n. 3, p. 93–120, 2014. Disponível em: <10.5902/2318179610264>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/10264>. Acesso em: 18 abr. 2022.

TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

TRENTIN, Iran Carlos Lovis; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Desenvolvimento e

agroindústria familiar. **Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Cuiabá. 2004. Disponível em: chrome-
<https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/agroindustria/artigos/DESENVOLVIMENTO%20E%20AGROINDUSTRIA%20FAMILIAR.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

VIEIRA, Luís Fernando. Agricultura e agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**. a. VII, n. 1, 1998. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/195-452-1-SM.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. Agroindústria familiar: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade rural? **Mundo Agrário**, v. 9, n. 18, 2009. Disponível em: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; TRENTIN, Iran Carlos Lovis. FILIPPI, Eduardo Ernesto. A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais. **XLIV CONGRESSO DA SOBER**. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/288.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; TRENTIN, Iran Carlos Lovis. FILIPPI, Eduardo Ernesto. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. **Cuadernos Des. Rural, Bogotá (Colômbia)**, v. 6, n. 63, p. 59-85, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-14502009000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 abri. 2022.